

Política e Desenvolvimento

É fundamental que prevaleça a transparência no debate pré-eleitoral, explicitando-se os programas econômicos.

Márcio G. P. Garcia¹
22 de março de 2002

As pesquisas recentes parecem indicar uma polarização entre o candidato do PSDB e o candidato do PT. Certamente, as nuvens da política nacional se moverão muito até outubro. Não obstante, se a polarização se mantiver até lá, ela pode, entre outras conseqüências, trazer sérios prejuízos à transparência da discussão dos programas dos candidatos, em especial, o econômico. Isto decorre das já conhecidas falhas e inconsistências do programa econômico do PT. Mantida a polarização entre Serra e Lula, a estratégia mais eficaz do candidato oficial pode não ser a de discutir o próprio programa, mas tão somente atirar pedras nas inúmeras telhas de vidro do adversário. Para o bem da democracia e da economia brasileira, é importante que prevaleça a transparência no debate pré-eleitoral.

Certamente uma das principais questões econômicas, se não a mais importante, é como retomar o crescimento sustentado. A taxa média de crescimento durante o período posterior ao Plano Real não chegou a 3% ao ano, o que é claramente insuficiente para a resolução dos graves problemas sociais do país. Não há quem discorde na necessidade imperiosa de taxas de crescimento sustentado superiores a 4% ou 5% ao ano. Mas como de boas intenções o inferno está cheio, é fundamental detalhar a política econômica que vai possibilitar a retomada do desenvolvimento.

Para tal detalhamento é útil recorrer ao que os economistas conhecem como um modelo de consistência. Ou seja, a partir dos resultados pretendidos (por exemplo, crescimento de 4,5% nos próximos 10 anos), verifica-se quais os requisitos econômicos para que tal objetivo seja alcançado. Por falta de espaço, não posso reportar aqui um exercício de consistência macroeconômica, mas em recente artigo no *Valor* (25/1/2002), Edward Amadeo já o fez. Segundo tal exercício, para se crescer sustentadamente à taxa de 4,5% ao ano, a taxa de poupança da economia (externa mais doméstica) deveria ser de 25% do PIB, 4% do PIB mais elevada do que a média dos últimos anos. Como se coloca como um objetivo adicional a redução do déficit em conta-corrente do balanço de pagamentos (que é contabilmente igual à poupança externa), o aumento da poupança doméstica seria

¹ Ph.D. em economia por Stanford, diretor do Departamento de Economia da PUC-Rio, escreve mensalmente neste espaço às sextas-feiras (<http://www.econ.puc-rio.br/Mgarcia/index.html>).

ainda maior, por exemplo, de 6% do PIB para uma redução do déficit em corrente de 2 % do PIB.

Se houver capacidade ociosa na economia, o crescimento se dará inicialmente via aumento da utilização da capacidade instalada. Neste caso, os requisitos de aumento da poupança doméstica não serão tão grandes nos anos iniciais do próximo mandato presidencial. Não obstante, o sucesso inicial irá fatalmente requerer o aumento do investimento no médio prazo, requerendo por consequência o correspondente aumento da poupança doméstica.

Aí reside o principal desafio do próximo presidente, sobretudo se ele pretender ser reeleito em 2006. Este também é um ponto de discórdia entre os economistas. Há vários que acham não ser uma restrição a necessidade de aumentar a poupança doméstica. Segundo eles, o crescimento cria automaticamente a poupança que financia o investimento. Embora tal situação, que corresponde ao caso Keynesiano de carência de demanda agregada, possa ser relevante, ela não é de forma alguma uma caracterização da economia brasileira hoje. Também por isso, há necessidade que sejam detalhados os programas econômicos dos principais candidatos.

Um fator que pode vir a elevar a poupança doméstica é a queda na taxa de juros. Dada a indexação de mais da metade da dívida pública doméstica à taxa Selic, a sua redução faz cair imediatamente a despesa pública com juros, aumentando a poupança pública. Entretanto, o resultado quanto à poupança interna depende da reação da poupança privada. Contabilmente, os juros da dívida doméstica são despesa pública (transferências), mas são também renda do setor privado. Caso a propensão a poupar dessa renda seja alta—o que é provavelmente o caso, uma vez que são os ricos que detêm o grosso das aplicações financeiras—, a poupança privada será reduzida em montante semelhante ao aumento da poupança pública, pouco incrementando a poupança doméstica. O que de fato acontecerá é uma questão empírica, que deverá ser dirimida em breve com a queda continuada dos juros. Sem embargo, o alívio fiscal permitido pela queda nas despesas com juros pode e deve permitir a redução de impostos que incidem sobre a poupança e sobre o investimento, assim contribuindo para aumentar o crescimento.